



AT reforça cooperação

A Autoridade Tributária de Moçambique firmou a sua cooperação com a USAID/SPEED, United Bank for Africa (UBA) e Mauritius Commercial Bank (MCB) mediante assinatura de Memorando de Entendimento com essas entidades.

Pág. 7



AT e ISRI de mãos dadas

Com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a AT e o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), mais uma instituição de ensino coloca-se ao serviço dos objectivos estratégicos da AT, com destaque para a promoção da cidadania fiscal.

Pág. 10



Entrevista com o Presidente da AT

Em entrevista ao Jornal Venceremos, o Presidente da AT fala de vários assuntos ligados à instituição.

Pág. 16

TRIBUTÁRIO



• Gabinete de Comunicação e Imagem | DIRECTOR: Lemos Formiga | EDIÇÃO Nº86 | Agosto -2014 | Maputo - Moçambique •

XI SESSÃO DO CONSELHO DA FISCALIDADE

“Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social”

Nampula, 15 de Agosto de 2014



“Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social” foi o lema escolhido para a XI sessão do Conselho de Fiscalidade, um órgão da AT ao qual cabe acompanhar a evolução do sistema fiscal e das políticas tributárias, com vista a que se mantenham como instrumento decisivo de justiça social.

AT marca presença na 50ª edição da FACIM

A Feira Internacional de Maputo (FACIM) constituiu um local estratégico para a divulgação dos produtos e serviços da AT.

Balanco dos 8 anos da AT

Fazendo o balanço dos 8 anos da AT, o Presidente da AT dá nota positiva ao trabalho desenvolvido na instituição, pelos resultados alcançados.

CENTRAL DE ATENDIMENTO

• É o novo serviço da Autoridade Tributária de Moçambique que visa esclarecer todas as suas dúvidas sobre o Sistema Tributário Moçambicano, onde voce estiver, sem precisar de enfrentar filas e economizando tempo.

• Horário de funcionamento
7:30h às 15:30h



Ligue:

1266
(Válido para todas as operadoras)
linhadcontribuinte@at.gov.mz





A NOSSA MISSÃO

Colectar receitas para financiar as actividades públicas, promovendo a eficácia, eficiência e equidade na aplicação da política tributária, incluindo a aduaneira, garantindo uma maior comodidade aos contribuintes no cumprimento das suas obrigações, bem como proteger a economia e a sociedade.

A NOSSA VISÃO

Tornarmo-nos referência nacional e internacional na prestação de serviços de primeira qualidade, na colecta de receitas e na promoção e protecção da economia e da sociedade.

OS NOSSOS VALORES

Confiança, respeito mútuo, equidade, integridade, transparência, cortesia, dedicação e excelência.



“Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social”

Na presente edição, destacamos a décima primeira sessão do Conselho da Fiscalidade – um órgão de consulta participativa da Autoridade Tributária – realizada sob o lema “*Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social*”. Todos os anos, o Conselho da Fiscalidade escolhe um tema de reflexão que vai de encontro com os assuntos candentes da fiscalidade.

Dado o seu carácter rotativo – nas três regiões do país – desta vez coube à cidade de Nampula (em representação da Região Norte) acolher a décima primeira sessão do Conselho da Fiscalidade, que para além de Quadros da AT, juntou Peritos de Reconhecido Mérito do Conselho da Fiscalidade, representantes do Governo provincial, de associações empresariais, de instituições de ensino superior, de confissões religiosas, líderes tradicionais, entre outras entidades. Desta sessão saíram importantes recomendações, as quais exigem da Administração Tributária a adopção de novas medidas de política tributária.

Por outro lado, destacamos, nesta publicação, a assinatura de Memorandos de Entendimento com mais três parceiros, sendo, dois dos quais, acordos de adesão para a intermediação na cobrança de receitas aduaneiras com o United Bank for Africa (UBA) e o Mauritius Commercial Bank (MCB), e o terceiro com a USAID/SPEED, que tem por objectivo apoiar nas áreas ligadas à facilitação do comércio internacional.

Por fim, destacamos a entrevista que o Presidente da AT concedeu ao *Jornal Venceremos*, em torno de vários assuntos ligados à instituição.

Aos nossos estimados leitores desejamos boa leitura!

“TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE”

O Director

Lemos Formiga

AT em XI sessão do Conselho de Fiscalidade

Autoridade Tributária (AT) realiza na próxima semana, sexta-feira, 15 de Agosto, na Cidade de Nampula, a XI Sessão do Conselho da Fiscalidade (CF), sob o lema “Por um Conselho da Fiscalidade Protagonista de Políticas Tributárias de Justiça Social”

(O Remate da Pérola, 14/08/2014)

Montados à revelia das Autoridades Moçambicanas: blindados “clandestinos” convertidos a favor do Estado

Os 16 veículos militares, vulgo blindados, apreendidos pelas autoridades tributárias, em Março do corrente ano, por a sua montagem e circulação em território nacional ter sido clandestina e ilegal, acabam de ser convertidos a favor do Estado moçambicano. A empresa responsável por esta infracção, OTT TECHNOLOGIES MOCAMBIQUE, e seus “comparsas” terão que pagar em direitos sonegados e demais imposições aduaneiras cerca de 46 milhões de meticais, o equivalente a um milhão e meio de dólares norte-americanos.

(Público 08/08/2014)

AT arrecada mais de 60% da meta da receita este ano

Autoridade Tributária (AT) já arrecadou 89, 5 mil milhões de meticais de impostos numa meta de pouco mais 147, 3 mil meticais definidos para o ano de 2014.

(Alternativa, 11/08/2014)

Com participação do ISRI: AT promove marcha pela “Paz e Cidadania Fiscal”

Maputo - Perto de uma centena de cidadãos marcharam na manhã da última sexta-feira, em prol da “Paz e Cidadania Fiscal”. Trata-se duma marcha que envolveu membros da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), estudantes do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), para além de alguns cidadãos que se identificaram com a causa.

(Horizonte 25/08/2014)

Autoridade Tributária lança versão do website e página sobre comércio internacional

Autoridade Tributária de Moçambique (AT) procedeu, ontem, em Maputo concretamente no Hotel VIP, ao lançamento da nova versão do website da AT, donde se destaca a página sobre o Comércio Internacional.

(O Sol 08/08/2014)

Ficha Técnica

PROPRIEDADE:
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE:
Rosário B. F. Fernandes

DIRECTOR:
Lemos Formiga

CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
Haydn Joyce David

COORDENADOR EDITORIAL:
Bernardino de Sousa Manhaussane

REDACÇÃO:
Bernardino Manhaussane, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima, Márcia dos Santos, Milco Matavele, Geraldina Mabilia, Taissone Rangeiro, Anacleto Bila

MAQUETIZAÇÃO : Laércio George Mabota

ENDEREÇO/CONTACTO:

Av. Albert Lithuli, N° 2815, R/C, gcimagem@at.gov.mz | gcimagemat@gmail.com | Telefax: 21 404939
MAPUTO - MOÇAMBIQUE



Twitter.com/gcimagem_at



facebook.com/Autoridadetributaria



cidadaniafiscal.blogspot.com

XI SESSÃO DO CONSELHO DA FISCALIDADE

Comunicado Final



Sob o lema “Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social”, realizou-se no dia 15 de Agosto de 2014, na Cidade de Nampula, no New Hotel, a XI Sessão do Conselho da Fiscalidade da Autoridade Tributária de Moçambique (AT).

A sessão de abertura foi dirigida pelo Exmo. Sr. Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique e contou com a presença do Exmo. Senhor Secretário Permanente da Província de Nampula, em representação de Sua. Exa. Sra. Governadora da Província, do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Municipal, dos Peritos de Reconhecido Mérito e do Magnífico Reitor da Universidade Lúrio.

Tomaram ainda parte nesta sessão, os Meritíssimos Juizes Presidentes dos Tribunais Administrativo, Fiscal e Aduaneiro de Nampula, o Exmo. Sr. Director Geral do GAZEDA, a Exma. Senhora Delegada Provincial do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Nampula, Representantes das Direcções Provinciais da Agricultura, do Turismo e de Antigos Combatentes, dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, do Comando da PRM e representantes das Autoridades Tradicionais de Nampula.

Tomaram ainda parte, representantes da CTA, da Associação Comercial e Industrial de Nampula (ACIANA), de Instituições Bancárias, de Telefonia Móveis, do operador do Terminal Especial de Exportação de Nacala – NCL & África, Lda, da Intertek Testing Services, da Oldbrecht, entre outros representante do sector privado.

Estiveram também presentes representantes de Confissões Religiosas, de Universidades e Instituições de Ensino Superior, de Organizações Não Governamentais e da Sociedade Civil, de Parceiros de Memorandos de Entendimento, entre outros convidados, para além de Directores Gerais e Directores Gerais Adjuntos, Director Regional Norte, Directores de Serviços, Delegados Provinciais, entre outros funcionários da AT, num total de 108 participantes.

Os trabalhos da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade foram orientados pelo Exmo. Sr. Presidente da AT e obedeceram a seguinte agenda:

Informações:

- Balanço das Áreas Especializadas do Conselho da Fiscalidade: (I) Área da Tributação Interna; (II) Área da Tributação Aduaneira; e (III) Área de Acompanhamento da Reforma Tributária;
- Lições da X Sessão do Conselho da Fiscalidade;
- Apresentação das sínteses de visitas efectuadas a empresa Matanuska (produtora e exportadora de banana) em Namialo, às obras do futuro Aeroporto Internacional de Nacala e às obras de restauração do edifício da antiga Alfândega da Ilha de Moçambique;
- Principais incidências da Reforma Legislativa desde 2006 e Perspectivas para o ano de 2015; e
- IRPS 1ª Categoria - Impactos sobre a carteira fiscal.

Pontos de situação:

- Desempenho da Receita;
- Tributação de Mais-valias;
- Balanço da Execução da Política Fiscal e Aduaneira;
- Reembolsos e da Dívida Tributária; e
- Projectos de Modernização e Expansão dos Serviços da AT, destacando-se:
 - e-tributação;
 - Máquinas Fiscais Electrónicas;
 - Central de Atendimento;
 - Janela Única Electrónica;
 - Posto de Fronteira de Paragem única Lebombo-Ressano Garcia; e
 - Novas Unidades de Grandes Contribuintes (UGC's).

Foram igualmente apresentados os pontos de situação da criação do futuro Instituto Superior de Finanças e Estudos Tributários (ISFET) e da Implementação dos Memorandos e Protocolos de Entendimento da AT, a nível nacional.

Durante a sessão foram proferidas três palestras, versando assuntos de interesse para a fiscalidade pelos Senhores Mahamudo Amurane, Presidente do Conselho Municipal de Nampula, Joaquim de Carvalho e Ângelo Macuácu, Peritos de Reconhecido Mérito do Conselho da Fiscalidade, respectivamente, sobre as seguintes temáticas: (I) As Finanças autárquicas descentralizadas. O caso do Conselho Municipal da Cidade de Nampula, (II) Fuga de Capitais Que desafios para a Administração Fiscal e (III) O papel das Universidades e a Fiscalidade.

Os temas e as informações suscitaram debates, num ambiente de participação ampla e privilegiada pelo protagonismo directo dos participantes.

Dos debates dos temas apresentados emergiram as seguintes constatações e recomendações:

- Fazer seguimento por via da fiscalização e auditoria às empresas estabelecidas na Província de Nampula, mormente as do sector agrícola, para o aferimento da legitimidade da sua situação fiscal, devendo ser extensivo a todo o País;
- Dar continuidade ao processo de estudo e análise do mérito do procedimento de dedução do IVA suportado nas despesas pela aquisição de serviços e insumos antes da produção, como custo na área agro-pecuária de modo a incentivar cada vez mais este sector;
- Prosseguir com a reforma legislativa tributária de modo a adequá-la continuamente à realidade do País, sempre que necessário e se mostre conveniente;
- Formar os operadores de comércio internacional no ambiente da JUE, para melhor acompanhamento do curso do processo de desembaraço das suas mercadorias;
- Continuar a dar atendimento personalizado aos grandes contribuintes de forma a incentivá-los a cumprir as suas obrigações

fiscais, operacionalizando o funcionamento das UGC de Pemba, Tete e Matola;

- Acelerar o processo de descentralização e mobilidade dos contribuintes de modo que estes façam as suas contribuições nos locais onde exercem as suas actividades;
- Melhorar os mecanismos de interacção entre a Administração Tributária e a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM) com vista a assegurar que somente contabilistas devidamente inscritos e credenciados pela ordem esta instituição submetam validamente processos de contas à Administração Fiscal; e
- Melhorar a arrecadação dos impostos municipais, em particular do imposto da SISA, devendo a Administração Tributária prestar toda a colaboração necessária.

Durante a realização dos trabalhos da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade, foram rubricados memorandos de entendimento entre a AT e o Instituto de Ciências de Gestão (IN-SCIG) e entre a AT e a Associação Artístico Cultural de Nacala, relativos à Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto.

Procedeu-se, ainda, à premiação das melhores unidades orgânicas que se destacaram na colecta de receitas de Janeiro a Julho e no mês de Julho de 2014, como a entrega dos respectivos certificados.

No âmbito da responsabilidade social, foram entregues 25 bolas de futebol à Escola Primária 7 de Setembro, 25 ao ITPAM, 5 ao Município de Nampula, num total de 55 bolas, com vista a promoção das actividades desportivas.

O Presidente da AT e do Conselho da Fiscalidade aproveitou a ocasião da sessão para apresentar o Sr. Dixon Chongo, recém-eleito Presidente da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique (CDA), durante a última Sessão da Assembleia Geral do organismo. Nesta oportunidade foi votada favoravelmente a candidatura do mesmo para Perito de Reconhecido Mérito do Conselho da Fiscalidade.

Por ocasião da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade foi efectuado o lançamento de uma publicação em Banda Desenhada e da nova Página Web da Autoridade Tributária, e apresentado o projecto do Boletim de Estatística Tributária 2012 – 2013.

A Sessão de encerramento foi presidida pelo Exmo. Sr. Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique.

Os trabalhos da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade terminaram por volta das 20.00 horas.

Cidade de Nampula, 15 de Agosto de 2014



**TODOS JUNTOS
FAZEMOS MOÇAMBIQUE**



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministério das Finanças
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE
Gabinete de Comunicação e Imagem

Comunicado de Imprensa Final

Sobre o Processo Fiscal e Aduaneiro Envolvendo Veículos Blindados

- 1 – No âmbito do processo Fiscal e Aduaneiro, envolvendo 16 veículos Blindados Militares relativamente ao qual veio a ser emitido um Comunicado de Imprensa, datado de 9 de Junho p.p. comunica-se ao respeitado Público em geral, que estão concluídas as diligências formais, impostas pelo ordenamento Tributário e Penal em vigor;
- 2 – O Processo Fiscal fora encaminhado ao Ministério Público, dia 16 de Abril p.p. para efeitos de instrução preparatória, e demais diligências requeridas por Lei;
- 3 – Todos os autos foram oportunamente registados no Tribunal Aduaneiro de Maputo, sob ref^a P.F.29/14, para efeitos processuais competentes;
- 4 – Face às infracções e irregularidades constatadas, no pretérito dia 1 de Agosto, o Tribunal exarou um Despacho de Indiciação, confirmando a acusação movida pelo Ministério Público, e cominando as medidas penais previstas na Legislação em vigor aplicável;
- 5 – As medidas penais referidas, incluem a reversão da totalidade dos veículos blindados a favor do Estado Moçambicano, bem como a responsabilidade material solidária, envolvendo a empresa OTT-Techonologies Moçambique Lda, e os co-arguidos expressamente citados nos autos;
- 6 – A responsabilidade material solidária atrás referida, inclui o pagamento, a favor do Estado Moçambicano, de direitos e demais imposições aduaneiras, totalizando, 46.230.528,00 Mtn (Quarenta e Seis Milhões, Duzentos e Trinta Mil, Quinhentos e Vinte e Oito Meticais), equivalentes a mais de um milhão e meio de dólares Americanos.

Todos Juntos Fazemos Moçambique

Maputo, 22 de Agosto de 2014

O Director

COM MAIS 3 PARCEIROS

AT ASSINA MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO

Por: Milco Matavele



Da esquerda à direita, Brigit Helms, representante da USAID/SPEED e Rosário Fernandes, Presidente da AT

Trata-se da USAID/SPEED, United Bank for Africa (UBA) e Mauritius Commercial Bank (MCB). O acto teve lugar no dia 22 de Agosto do corrente ano, em Maputo, e contou com a presença do Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, representante da USAID /SPEED, Brigit Helms, da MCB, Peter John Owen Higgins, da UBA, Clemente Sizukwe, quadros da instituição e demais convidados.

O memorando assinado com a USAID/SPEED, visa reforçar as reformas em curso na Autoridade Tributária, com destaque para as seguintes áreas: a publicação na Internet, Trânsito Aduaneiro e Inspeção Pré-embarque. Estas áreas serão apoiadas através do Programa de Parceria para a Facilitação de

“O orgulho maior é de que esses mais de 50% representam mais de 70% da quota do mercado bancário, ou seja, os bancos melhor posicionados na praça em termos de mercado bancário são os que já subscreveram esse acordo de adesão ”

Comércio Internacional da USAID. Por outro lado, os memorandos assinados com a UBA e a MCB, tem como o principal objectivo a intermediação na cobrança de receitas aduaneiras e sua transferência para as Contas de Direcção Nacional do Tesouro.

Na sua intervenção, o Presidente da AT, Rosário Fernandes referiu que com estes dois acordos de adesão dos bancos UBA e MCB, a AT passa a contar com 11 acordos firmados, num total de 21 bancos comerciais da praça. Deste modo, mais de 50% dos bancos da praça já firmaram o acordo de adesão. “O Orgulho maior é de que esses mais de 50% representam mais de 70% da quota do mercado bancário, ou seja, os bancos melhor posicionados na praça em termos de mercado bancário são os que já subscreveram esse acordo de adesão”, disse Fernandes.

Reagindo após a assinatura do Memorando de Entendimento com a USAID/SPEED, o Presidente da AT entende que essas áreas de intervenção da USAID/SPEED vão ser extremamente úteis para a instituição, particularmente na área de facilitação do comércio. “Há muitas acções nossas, desde Ressano Garcia, com o Posto de Fronteira de Paragem Única, no Inchope, onde nós queremos um tratamento muito especial, e outras fronteiras de tráfico intenso, onde queremos, ao lado da facilitação do comércio, um controlo cerrado da circulação da mercadoria, para evitar ilícitos. A contribuição da USAID vai ser muito prestimosa”.



Da esquerda à direita, Clemente Sizukwe, representante do UBA e Rosário Fernandes, Presidente da AT



Da esquerda à direita, Peter John Owen Higgins, representante do MCB e Rosário Fernandes, Presidente da AT



Como tem sido habitual, o Presidente da AT aproveitou a ocasião para lembrar que antes do Orçamento Rectificativo, a Lei Orçamental, aprovada pela Assembleia da República, fixava em 147.3 mil milhões de meticais a receita a ser arrecadada em 2014. “Com o Orçamento Rectificativo, temos que arrecadar, até ao final do ano, 153.1 mil milhões de meticais, o que significa um acréscimo de sensivelmente 4% em relação à meta da Lei Orçamental, anteriormente aprovada. Como instituição, reit-eramos a nossa determinação de enfrentar o Orçamento Rectificativo”, disse.

Por seu turno, a representante do projecto SPEED, Brigit Helms, fez saber que desde 2000, o governo dos Estados Unidos vem for-

necendo, aos países em desenvolvimento, assistência técnica e formação relacionada com o comércio, incluindo áreas relacionadas com a facilitação do comércio internacional. Esta parceria cobre áreas fundamentais para a facilitação do comércio internacional, tais como a facilitação do acesso à informação sobre o comércio internacional através da melhoria da página Web da AT, o trânsito aduaneiro e a inspecção pré-embarque. “A assinatura deste memorando formaliza o nosso relacionamento na implementação desta parceria, confirma o comprometimento da Autoridade Tributária com o desenvolvimento de Moçambique e melhoramento do ambiente de negócios. Ficamos muito felizes em apoiar este processo”, acrescentou.

O representante do United Bank for Africa (UBA), Clemente Sizukwe disse ser um grande privilégio associar-se a este projecto, tendo depois referido que nos locais onde se encontra, o UBA tem sido o suporte do governo na colecta de impostos.

Já, Peter John Owen Higgins, representante do MCB, considera o processo de bancarização dos impostos uma solução acertada, visto que o mesmo reduz o tempo de desalfandegamento de mercadorias e outros bens de consumo. [BT]

Palestra:

Quando a Sociologia é Tributária

Por: Taisone Silva



João Coutinho, Perito de Reconhecido Mérito do Conselho da Fiscalidade

Que Estratégia e que Desafios face ao Cenário de Exploração de Recursos Naturais no Período 2018-2025? Terá o sistema actual de tributação do rendimento potencialidades para se ajustar aos desafios pela frente? Quem responde essas questões é o Dr. João Coutinho, Perito de Reconhecido Mérito do Conselho da Fiscalidade; à margem da palestra. Acompanhe a seguir.

Maputo, 22 de Agosto de 2014. Era uma tarde, sexta-feira, 15 horas, com uma temperatura amena e o fim-de-semana batendo à porta. Muitas vezes, quando se fala de sexta-feira associa-se a vários estereótipos, como: sair com amigos, ir ao teatro, ir ao cinema, etc. No entanto, no meio disso tudo, há quem optou por adiar a saída com amigos para participar *in loco* nos três eventos organizados pela AT: Assinatura de Memorando de Entendimento entre SPEED/USAID, UBA, MCB – AT; Breve informe sobre o lançamento da brochura “As 100 perguntas mais frequentes sobre IRPS”; Palestra referente a “Sociologia Tributária sobre Impostos de Rendimentos IRPC e IR-SPC”, respectivamente.

Em princípio, o público foi chegando a conta-gotas, insinuando o desgaste laboral - cenário típico das tardes de sexta-feira. De repente, a sala ficou superlotada. Estavam presentes: O Presidente da AT, representantes das organizações signatárias dos memorandos de entendimento, colaboradores da AT de diversos escalões - directores, chefes, estagiários, entre outros.

Ora, por questões meramente metodológicas, focalizamo-nos na palestra, muito mais do que um simples evento, este foi um campo de aprendizagem para entender como se manifesta a lógica da Sociologia Tributária dos impostos de rendimento. Questões como: Que Estratégia e que Desafios face ao Cenário de Exploração de Recursos Naturais no Período 2018-2025? Terá o sistema actual de tributação do rendimento potencialidades para se ajustar aos desafios pela frente? Foram respondidas de forma didáctica e acutilante. Como forma de responder a essas questões, diga-se de passagem, inquietantes. O Dr. João Coutinho, orador, começou delimitando os principais factores a si relacionados: impostos directos e indirectos; os três pilares do actual sistema tributário (IRPS, IRPC e IVA), dentre os quais o orador vaticinou que o IVA, a curto ou longo prazo, continuará, sem dúvidas, a subsistir e, por fim, falou ainda das

“Mesmo como instrumento de justiça fiscal, o sistema de tributação indirecta poderá ter potencialidades até aqui não devidamente exploradas (em especial quando o princípio da personalização em sede de tributação directa se apresenta progressivamente ferido de morte”

possíveis insuficiências exploradas nos Sistema Tributário Autárquico e o ISPC.

Ao longo da sua dissertação, abordou ainda as potencialidades da tributação indirecta do rendimento, tendo como ponto de partida a lei 3/87 (Alteração qualitativa do actual sistema de tributação com a revitalização e reforço

“Realização não ocorre da noite para o dia, fruto de possíveis proclamações de “grandes” objectivos. Pelo contrário, poderá resultar da conjugação de muitos pequenos passos(...) como o IPA, o IPrA e o ISPC podem marcar a diferença e actuar efectivamente como veículos privilegiados da divulgação e popularização do imposto”

Por outro lado, no que concerne aos objectivos do alargamento da base tributária, a sua “realização não ocorre da noite para o dia, fruto de possíveis proclamações de “grandes” objectivos. Pelo contrário, poderá resultar da conjugação de muitos pequenos passos(...) como o IPA, o IPrA e o ISPC podem marcar a diferença e actuar efectivamente como veículos privilegiados da divulgação e popularização do imposto”.

Enfim, se analisarmos pela forma como as ditas cerimónias foram orientadas, particularmente, a palestra orientada pelo Dr. João Coutinho, no qual, posteriormente, o Presidente da AT, Rosário Fernandes, convidou a plateia ao embate das consciências – apresentação das inquietações, comentários e sugestões sobre o tema – teve o mérito de antever cenários para o futuro da tributação sustentável dos impostos de rendimento.



Participantes atentos à palestra

dos impostos indirectos como instrumento de mobilização mais eficaz de recursos e correcção de desequilíbrios existentes); questões relacionadas especificamente ao sistema tributário autárquico focalizando o deficit da capacidade tributária activa dos municipais e a problemática dos recursos não renováveis - que pressupõe uma boa gestão na política de aplicação dos fundos.

Na visão do orador, “mesmo como instrumento de justiça fiscal, o sistema de tributação indirecta poderá ter potencialidades até aqui não devidamente exploradas (em especial quando o princípio da personalização em sede de tributação directa se apresenta progressivamente ferido de morte”.





AT e ISRI assinam Memorando de Entendimento



Da esquerda à direita, Rosário Fernandes, Presidente da AT, e Patrício José, Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais, no acto da assinatura do Memorando de Entendimento

“ A cidadania fiscal é um propósito universal, não diz respeito apenas a Moçambique. Todos os países do mundo exercem cidadania fiscal, com maior ou menor complexidade, num estágio primário ou num estágio muito mais evoluído ”

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) formalizaram, a 25 de Julho do corrente ano, nas instalações do ISRI, a sua parceria mediante a assinatura de um Memorando de Entendimento entre as partes, visando estabelecer uma cooperação académica, científica e cultural, com especial destaque para a Educação Fiscal em matérias de impostos e respectiva legislação. Na mesma ocasião, foi realizada uma caminhada pela paz e cidadania fiscal e proferida uma palestra sob o lema “Desafios da Arrecadação da Receita no contexto da Integração Regional”, pelo Presidente da AT aos estudantes daquela instituição de ensino e demais convidados.



Nas suas notas introdutoras, o Reitor do ISRI, Patrício José, enalteceu as formações em matérias fiscais que a AT tem promovido aos estudantes da instituição que dirige, tendo referido que o Memorando de Entendimento será determinante para que a formação seja contínua. Segundo Patrício José, esta parceria irá contribuir para o engrandecimento do ISRI, na formação de quadros cada vez mais habilitados a assumir os desafios que o desenvolvimento em Moçambique impõe. *“Estamos convencidos que os nossos profissionais e os nossos estudantes assumirão esta causa para que efectivamente possam, por um lado, ser moçambicanos com uma cidadania fiscal, e por outro, promover essa cidadania fiscal nas suas famílias, nas suas comunidades e em todos os quadrantes do território nacional”*, disse.

Ao proferir a palestra aos estudantes, o Presidente da AT, Rosário Fernandes, começou por explicar o conceito de cidadania fiscal, tendo referido que *“a cidadania fiscal é um propósito universal, não diz respeito apenas a Moçambique. Todos os países do mundo exercem cidadania fiscal, com maior ou menor complexidade, num estágio primário ou num estágio muito mais evoluído”*.

Explicando o facto de as crianças poderem ter o NUIT, Fernandes esclarece que o *“presuposto de pagar imposto tem em conta a idade e capacidade fiscal, é por isso que se*

estabelece regimes de isenções a pessoas que embora tenham o NUIT e estejam devidamente registadas não estão em condições de pagar o imposto”. Assim, uma criança pode ter cartão de NUIT, mas não tem idade fiscal.

O Presidente da AT debruçou-se, também, sobre as fontes de receitas do país, uma das quais, a dívida pública externa, que segundo Fernandes, nos coloca, por vezes, em situações de subserviência. Todavia, defende Fernandes, *“não há nenhum país no mundo que não contrai dívida externa. A grande diferença está no facto de o país poder contrair dívida externa, mas em contrapartida ter activos nacionais que contrabalançam essa dívida externa”*.

ricas, pelo que podemos ter activos qualificados e um dia poderemos contrair dívida externa, tendo resposta patrimonial para o fazermos”, disse.

Uma outra fonte de receita que o palestrante apontou são os donativos, entregues a título de concessão. Fernandes considera essa fonte boa, mas não absolutamente boa porque retira o sentido de autonomia, visto que existe o dilema de quem deve definir as prioridades estratégicas, o doador ou o país que recebe o donativo.

Por último, o Presidente da AT falou dos impostos, como fonte de receita nacional, que implica *“nós próprios, através dos impostos, sejam eles nacionais, autárquicos ou locais,*

criarmos a riqueza fiscal nacional”. Nos últimos anos, disse Fernandes, o nosso país está a conhecer a inversão de marcha da dependência externa. *“Nós já chegamos a 61% de dependência externa mas já estamos a menos de 30%, o que significa termos reduzido para a metade, e a nossa vocação é gerir essa metade para permitir que estejamos 30% a 35%, e no vaticínio*

2025, segundo as previsões, a dependência se situe na casa dos 3%. Portanto, todos nós somos chamados a fazer essa agenda 2025, porque depende do esforço de cada um de nós”. [BT]



Foto de Família entre o Reitor do ISRI e Quadros da AT

Com efeito, Fernandes sustenta que cada país tem que procurar sempre ficar rico, e ter uma dimensão de riqueza nacional como argumento para contrair uma dívida sustentável. *“Nós não temos nenhuma das nossas 11 províncias que não esteja potencialmente rica. Todas as nossas províncias são potencialmente*



Sexta Conferência Nacional da Juventude

Por: Geraldina Mabilia



Membros do Presidium da Sexta Conferência Nacional da Juventude, com destaque para o Ministro da Juventude e Desporto, Fernando Sumbana Júnior, ao centro

Sobre o lema *“Juventude, Saúde Mental”*, realizou-se no dia 11 de Agosto do ano em curso, a Sexta Conferência Nacional da Juventude, por ocasião, das celebrações do dia Mundial da Juventude, que acontecem a 12 de Agosto de cada ano. A conferência contou com a presença do Ministro da Juventude e Desportos, Fernando Sumbana Júnior, o Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, o Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Manuel Ribeiro Formiga, e o público em geral.

Segundo avançou, o Ministro da Juventude e Desportos, Fernando Sumbana Júnior, o Conselho Nacional da Juventude funciona como um elo de ligação entre o Estado e a juven-

tude. *“É a união de todos os jovens, independentemente das suas tendências partidárias ou religiosas”*, frisou, o Ministro.

O Presidente da AT, Rosário Fernandes, deixou ficar na reunião, que a classe jovem da sociedade é extremamente importante e vital em qualquer economia do mundo. Está classe foi considerada, como sendo histórica pelo antigo Presidente da República de Moçambique, Samora Moisés Machel, que afirmava que a *“juventude é a seiva da nação.”* *“A juventude é transversal porque está em todas actividades económicas e sociais, e é dela que se espera maior contribuição nessas áreas de actividade, de forma, a obter maior progresso”*, declarou Fernandes.

Por sua vez, o presidente do Conselho Nacional da Juventude, Manuel Formiga, disse que o principal desafio que a juventude enfrenta, é cada vez maior, na integração do desenvolvimento económico social do país. *“De facto encontramos jovens em todas esferas da nossa Economia, Educação, Agricultura, Indústria entre outra.”*, disse Formiga.

Referir que, na conferência do Conselho Nacional da Juventude houve debates sobre a definição de políticas do papel preponderante da juventude no desenvolvimento do país. [BT]



Pormenores do evento. Da esquerda à direita, foto de família, parte dos participantes da conferência, e Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional da Juventude e mais um parceiro

Balanço positivo dos 8 anos da AT

Por: Isaias Muthimba



O Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, faz um balanço bastante positivo dos 8 anos da criação daquela instituição vocacionada para a regulação e colecta de impostos para os Cofres do Estado. Ele situa este crescimento em três aspectos principais no que tange ao trabalho realizado ao longo destes anos até ao momento.

O primeiro feito, de acordo com Fernandes, é o estabelecimento da carteira fiscal, no sentido de ela própria estar dimensionada e estar à altura do que é exigido pela Lei Orçamental aprovada pela Assembleia da República. Disse, por exemplo, que a AT sempre cumpriu com as metas estabelecidas para cada ano, dando como demonstração disso o sobrecumprimento das metas previstas para este ano, onde até ao final do I semestre foi ultrapassada a barreira dos 50 por cento, transitando para o II semestre de maneira satisfatória. “Estamos a falar de 89.9 por cento alcançado há dias, o que transmite este sobrecumprimento e nos dá uma situação de expectativa em relação ao cumprimento da meta para este ano, mesmo com o orçamento rectificativo aprovado pela Assembleia da República. São mais de cinco por cento em relação aos 149.7 mil milhões de meticais que estão previstos para este ano, e nós estamos a gerir este indicador com devida cautela em termos de receitas públicas, tendo em conta também a cadastração fiscal onde já contamos com mais de três milhões e duzentos contribuintes, o que significa termos ultrapassado a fronteira prevista de três milhões para este ano”, disse Rosário Fernandes, acrescentando que este feito vai ser comemorado porque todos os

“ Nós criamos minimamente condições de trabalho e de residência para todos os funcionários em localização mais recôndita”.

anos em que se alcança a casa de milhão é agraciado o feliz contribuinte com uma oferta pública.

A segunda linha de balanço, segundo disse, vai para a componente formação e capacitação institucional, onde se conseguiu passar dos 10 por cento de quadros com formação superior em 2006 para mais que o triplo actualmente, tendo como maior contribuição o incentivo que a AT tem estado a dar aos seus colaboradores.

“O facto de estarmos a caminhar a passos largos para o estabelecimento de uma instituição do ensino superior é bastante bom porque como se adivinha um crescimento enorme até 2020 em termos de estabilidade macro económica e alinhamento na globalização, já estamos a procurar convergir em termos de política regional, o que significa estar num ponto elevado na SADC para podermos responder à globalização e competir com os outros no mundo. Com a descoberta

de recursos naturais como hidrocarbonetos, gás, florestais e outros, moçambique tem uma palavra a dizer no contexto económico global e isto faz-se a custo de quadros, por isso esse aspecto dá-nos orgulho de continuarmos a investir na formação e capacitação dos nossos funcionários”.

O terceiro segmento tem a ver com as infra-estruturas. “Nós criamos minimamente condições de trabalho e de residência para todos os funcionários em localização mais recôndita. Tínhamos aqui residências feitas de caniçado, palha ou lona, em todo o país até Abril de 2010 onde comemoramos a última palhota em Namoto, em Cabo Delgado, onde os nossos funcionários viviam assim há 19 anos juntamente com a Migração e Guarda Fronteira. Aqui podemos dizer que fizemos uma revira-volta enorme nas infra-estruturas, o que dá pelo menos condições mínimas de produtividade aos funcionários para enfrentarem novos desafios, cabendo a cada um fazer a sua parte”.

De acordo com Rosário Fernandes, os funcionários devem se queixar de si próprios e não dos factores de trabalho porque estes estão minimamente criados, devendo cultivar o espírito de trabalho por equipa e cimentando aquele princípio de: “Todos Juntos Fazemos Moçambique”.



A coisificação do teatro como instrumento de disseminação da Educação Fiscal e Popularização do Imposto

Por: Taisone Silva

“Eu acredito que com a introdução do teatro nas campanhas da AT, eventualmente, pode-se atingir aqueles que não sabem ler” quem assim defende é o jovem Raúl, responsável pelo teatro, actor e encenador “perdido” algures no ISRI.

Grupo teatral do ISRI, certamente quem assistiu, num passado recente, o evento que marcou o Memorando de Entendimento entre a Autoridade Tributária (AT) e o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) esse nome não lhe passa despercebido. Foi uma actuação – como se diz no adágio popular – digna de se “tirar o chapéu”. Pela forma como os actores representaram a peça, além disso, mais importante ainda pelo teor de mensagem transmitida ao auditório que se fez presente no local.

A peça aborda questões que marcam a vida dos moçambicanos relacionado à educação fiscal e pagamento de impostos, sobretudo aqueles que desempenham actividades de comércio informal. Percebe-se, ao longo da peça, que esses cidadãos na sua inocência acabam acumulando prejuízos e mais prejuízos ao Estado, pelo facto de, as suas actividades não serem tributadas. Estes prejuízos impactam directa ou indirectamente nas condições de vida da sua esposa, filhos, sobrinhos, primos e outros compatriotas. Falta de infra-estruturas (hospitais, escolas, pontes, estradas, entre outras) devidamente apetrechadas, são alguns dos exemplos vislumbrados ao longo da representação teatral. É um exercício no qual se busca consciencializar os cidadãos,



Raul Macanze, Encenador

através do teatro, sobre benefícios que advêm do pagamento de impostos.

Engane-se quem pensa que o trabalho apresentado por esse grupo juvenil é improvisado, de amadores. Provavelmente seja! Mas num dedo de conversado que travamos com um

dos membros do grupo, acabou-se desvendado o véu. A obra reflecte, de certa forma, os caminhos percorridos por Raúl Alexandre Macanze, jovem natural de Inhambane e estudante do ISRI, que faz teatro a sensivelmente 23 anos. Tendo começado a sua paixão pelo teatro na escola em 1991 – como actor, e, mais adiante, 1996, como encenador.

A ideia de fazer uma peça teatral sobre Educação Fiscal e Popularização do Imposto surgiu ao longo dos contactos que a Associação dos Estudantes do ISRI teve com a AT “estávamos a negociar a situação dos estâgios pré-profissionais e memorando de entendimento. Foi daí que pensei: por que que não escrevo um projecto sobre educação fiscal? No contacto que tivemos com o Senhor Mapanzene, Natércia e Joyce pedimos acesso aos panfletos, cartazes, brochura e outras publicações para ter a parte técnica do assunto. Em seguida, sentei, escrevi o roteiro e lancei o desafio. Começamos a preparar a produção da peça” referiu Raúl A. Macanze, encenador e actor do grupo. Mais adiante, reiterou que procurou incutir no seio de outros três elementos para representarem no palco as personagens por ele criadas. A priori, não foi fácil pelo facto destes nunca terem actuado em público.

Por outro lado, o que motivou Raúl a desenvolver a peça foi no sentido de auxiliar na disseminação da mensagem para que os cidadãos possam ser cada vez mais educados sobre matérias fiscais e de impostos e percebam que só contribuindo no pagamento de impostos é que podemos superar muitos problemas *“na minha área, como estudante, acabo percebendo que só com envolvimento de todos é que teremos a redução da dependência externa, porque se os cidadãos não arregaçarem as mangas e contribuírem com o que produzem o país vai sempre continuar dependente”*.

Percebe-se ao longo desses anos que a AT vem desempenhando um papel importante na educação fiscal e popularização do imposto, através de palestras de formação de disseminadores, road shows que visam sensibilizar os cidadãos em matérias fiscais. Contudo, nota-se de acordo com o nosso interlocutor que há ausência de peças teatrais nessas campanhas, *“se tomarmos em consideração o índice de analfabetismo que o país possui, verifica-se que são poucos que lêem e nem todos possuem a capacidade de comprar televisor. Ora, se tem televisor na sua zona, não há energia. Temos casos, inclusive na província de Maputo, de pessoas que não tem acesso a rede eléctrica”*. Sendo assim, Raúl



Momento da representação teatral encabeçada por Raul Macanze

acredita que com a introdução de teatros nas campanhas da AT, eventualmente, pode-se atingir a população em todos os níveis, desde aqueles que não sabem ler nem escrever e os que não tem acesso à informação dispersa nas zonas recônditas do país.

O nosso interlocutor fundamenta o seu ponto de vista tomando como base o caso da FDC

na luta contra o HIV/SIDA, actuou em todos os níveis. Usando, para o efeito, road shows, campanhas porta-à-porta, teatro, poesia, música e muito mais. Tudo isso, feito para as pessoas entenderem o que é HIV/SIDA. Assim, a mensagem atingiu lugares recônditos consciencializando na mudança de comportamento.



Momento da representação teatral encabeçada por Raul Macanze

“Temos que ter a repercussão social do que é feito com o dinheiro público”

– Rosário Fernandes, Presidente da AT, em entrevista ao Jornal Venceremos

Rosário Fernandes disse que a arrecadação de receitas garante a redução da dívida externa do país e contribui bastante para construção de infra-estruturas básicas de bem público.



Rosário Fernandes, Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique

JORNAL VENCEREMOS (J.V): Sr. Presidente, Moçambique é um modelo no que concerne à manutenção da estabilidade política e socioeconómica do desenvolvimento. Em que nível o país se encontra em termos de receitas e do alívio face à dependência externa?

Presidente da AT (PAT): Nesses últimos dias, fizemos 89.5 mil milhões de meticais de arrecadação de receitas, neste ano de 2014, que já foram canalizados aos cofres do Tesouro. Também, é importante comunicar ao país que tínhamos cadastrado cerca de 2.999.000 mil contribuintes. Actualmente, conta-se com 3.2 milhões já cadastrados. Isto, dá um sentido direccional, quer do processo do registo, assim como do seu efeito, pois a arrecadação fiscal depende da complexidade dos registos fiscais, dando o sentido progressivo de formação de receitas. Comparado ao número de contribuintes cadastrados no ano de 2006, houve um crescimento, tanto a nível do número de contribuintes, assim como a nível da arrecadação de receitas públicas, o que significa que se conseguiu multiplicar a carteira fiscal para dar satisfação da estabilidade orçamental. Portanto, esse crescimento contribuiu, significativamente, na redução da dependência externa.

J.V: A AT tem marcado presença na Feira Internacional de Maputo - FACIM. Dentro dos produtos que a AT expõem, que produtos a instituição vai apresentar este ano?

PAT: A AT vai apresentar, sobretudo, matéria que tem relação com o comércio internacional, sem prejuízo dos aspectos que mexem com a tributação doméstica. Portanto, a essencialidade da representação da AT no certame estará totalmente virada a matérias de negócio externo.

J.V: A AT veio dar uma mais-valia à arrecadação de receitas. Neste momento, o que se pode dizer relativamente à colecta de receitas e a popularização do imposto?

PAT: Nós fizemos uma viragem na arrecadação de receitas. Nos registos fiscais anteriores ao ano de 2006, não se cumpriu com as metas definidas. Tivemos de investir para termos a proeza de cumprir com as metas.

Em 2010, quando o então Primeiro-Ministro fez o lançamento da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto – que abrange o território nacional – fizemos uma marcha enorme em firmar memorandos de entendimento com vários segmentos.

Mais de 60% dos memorandos são para a campanha de educação fiscal. Nestas campanhas damos importância especial às escolas, academias, sociedade civil e, inclusive, assinamos memorandos com 27 congregações religiosas do país, para permitir que estes ingredientes fossem transmitidos através desses canais, e assim podermos chegar aos sítios mais recônditos. O sector público não ficou de fora do feito da campanha, com enorme largura e densidade fiscal de contribuintes da base tributária.

Com as realizações desta Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, o imposto virou uma receptividade voluntária da população. A AT apresentou fisicamente a mensagem e difundiu-a nos postos de cobrança (actualmente temos 68 mais postos de colectas em todo território nacional), desde Cabo Delgado até a província de Maputo, com o objectivo de aproximar o fisco ao contribuinte, evitando que este percorra grandes distâncias para pagar imposto.

J.V: As campanhas de popularização do imposto têm como objectivo principal a consciencialização das pessoas para o pagamento voluntário do imposto. Fazendo um balanço preliminar, acha que a população

está a ganhar consciência de pagar o imposto?

PAT: O que posso dizer é que a intensidade da mensagem é de tal maneira elevada que imaginamos que o efeito pode ser benéfico. Fazemos campanhas desde as periferias até as cidades, para permitir que se perceba o quanto é importante pagar imposto. Nas três regiões do país, nós traduzimos muitas matérias fiscais nas 6 línguas locais mais faladas, duas em cada região, para que fossem entendidas, independentemente da região onde contribuinte esteja inserido.

Num acordo com a Rádio Moçambique, introduzimos o ABC da Fiscalidade, para que essa informação fosse conhecida ao pormenor. Portanto, esses mecanismos de popularização de imposto, traduzidos numa linguagem simples, ajudam o cidadão a entender, de forma mais clara, o que é o imposto.

J.V: Quem paga imposto espera resultados. Que exemplos pode dar para quem paga o imposto da utilização do mesmo?

PAT: Nós procuramos que a resposta seja dançada, teatral, cantada nos discos que são editados, através do memorando assinado com a Associação dos Músicos, dando a óptica do que chamamos tecnicamente de redistribuição do imposto. Quando o discurso é cantado, teatral, nós levamos a mensagem do que é feito com o dinheiro, de forma que, os actores de cobrança também possam saber o que é feito com o dinheiro. Portanto, o dinheiro arrecadado é aplicado em vários lugares transversais de aplicação social. Há pouco tempo, dissemos que não basta ter apenas uma visão aritmética do crescimento económico, temos que ter a repercussão social do que é feito com o dinheiro público.

J.V: Gostaria que fala-se em que estágio se encontra o projecto One Stop Border?

PAT: Como sabe, teve vários momentos de interpretação, um deles foi o de 2007, quando tivemos uma reunião no Hotel VIP, convidamos a nossa contra parte Sul-africana, a SARS, representada pelo seu vice-presidente. Nesse encontro, foi lançado o Projecto de Fronteira de Paragem Única Limpobo-Ressano Gárcia, estando, actualmente, as duas partes a trabalhar conjuntamente para permitir que o projecto ande de uma maneira significativa. O projecto estava orçado em 130 milhões de dólares.

Em 2014 assinamos um acordo com a contra parte sul-africana, onde o projecto seria concluído em duas fases. A primeira fase leva a conclusão da fronteira turística. A seguir, uma parte significativa da fronteira comercial, e depois a fronteira ferroviária que é do lado sul-africano, em Komatipoort. São as três fronteiras, turística, comercial e ferroviária que vão ditar o formato do Posto de Fronteira de Paragem Única Limpobo-Ressano Gárcia com a África do Sul.

J.V: São oito anos de existência da AT, qual é o balanço em termos de implementação e realizações, e as perspectivas?

PAT: Posso situar em três aspectos principais, se quisermos falar do balanço e feitos. O primeiro feito é a carteira fiscal. Nós sobrecumprimos, todos os anos, as metas da Lei Orçamental que é aprovada pela Assembleia da República. Neste ano de 2014 entramos no segundo semestre satisfeitos, o que transmite este sobrecumprimento relativo às expectativas em relação ao cumprimento deste ano, mesmo com efeito do Orçamento Rectificativo, reagindo como indicador de cautela em torno de receitas públicas.

O segundo aspecto de balanço é com relação à capacitação e formação, que está a caminhar largamente para o ensino superior, o que é bastante bom para convergir regionalmente com a SADC, formando quadros. Estamos a evoluir para uma instituição de ensino superior, em Moamba, para vocacionar os quadros em matérias de comércio internacional e políticas públicas.

Por fim, o último aspecto é com relação as infra-estruturas, no melhoramento de condições de trabalho, sobretudo para funcionários em zonas recônditas. Então, as infra-estruturas levam a melhorar o ambiente de trabalho, porque o funcionário não terá queixas em relação ao local de exercício de actividade.

Qual é o ponto de situação do processo de dupla tributação?

PAT: O país assinou três acordos com países africanos para evitar a dupla tributação e combater a evasão fiscal. São eles, África do Sul, Maurícias e Botswana. No total são 9 acordos, 3 com os países africanos, os outros 6 com países europeus, ou da América Latina, ou da Ásia. Há mais de 30 pedidos, em carteira, à Moçambique. Há muita pretensão em firmar acordos para evitar a dupla tributação, sobretudo depois de se saber que o país está potenciado em recursos naturais.

J.V: Em relação à fuga ao fisco, como é que a AT está a lidar com a situação?

PAT: Nós trabalhamos a dois níveis no combate à evasão fiscal. Uma das formas é a assinatura de acordos para evitar a dupla tributação, que é também para combater a evasão e fraude fiscais. Nós temos dois níveis de actuação, uma no âmbito da tributação interna (temos a Direcção de Fiscalização e Auditoria, cuja função é combater a evasão fiscal de uma maneira geral). No caso do comércio externo, temos a Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência, que actua em todos os desvios que ocorrem na área aduaneira. Quando se detecta ilícitos, quer na área dos impostos internos, quer na área de comércio externo, há lugar a penalizações, isto é, colocar o contencioso fiscal ou aduaneiro em acção. As matérias podem chegar aos tribunais competentes – fiscal ou aduaneiro – depois de se fazer o devido arrolamento e instrução preparatória, envolvendo a Procuradoria-geral da República, com a qual temos um memorando desde 2010 para atender questões desta natureza.



Pormenor da entrevista, na sala de Sessões do Conselho Superior Tributário (CST)

VAMOS PAGAR IMPOSTO USANDO O E-TRIBUTAÇÃO



Presidente da AT, Rosário B. F. Fernandes palestrando durante o lançamento do projecto e-Tributação

“O e-tributação, que será lançado no princípio do próximo ano, trará mudanças na forma de estar e de interagir entre as unidades de administração e o contribuinte no cumprimento das suas obrigações”.



Justino Muzima, Director Geral Adjunto dos Impostos para a área do e-Tributação

O sistema e-tributação é uma plataforma informática que vem trazer facilidades aos contribuintes para fazerem a declaração de rendimentos e ao respectivo pagamento dos impostos porque, comparativamente aos manuais os meios tecnológicos trazem rapidez na passagem da informação e permitem encurtar a distância de se deslocar à área fiscal para o efeito, segundo assegurou Justino Muzima, Director-Geral adjunto para a Área do Projecto e-tributação na Autoridade Tributaria (AT).

Muzima disse que o e-tributação, que poderá ser lançado no princípio do próximo ano, vem trazer estas mudanças na forma de estar e de interagir entre as unidades de administração e o contribuinte no cumprimento das suas obrigações. Quer dizer, no lugar do que se passa actualmente no método tradicional em que o contribuinte tem que ir à área fiscal buscar o modelo, preencher e quando poder ir de novo para proceder à entrega, este processo passa a ocorrer virtualmente.

“Com esta plataforma, isto tudo vai estar disponível na sua casa porque o contribuinte vai aceder ao nosso portal e a partir de lá vai ter o modelo declarativo, preenche-lo no formato electrónico e depois vai poder enviar de onde estiver para a administração. Vamos introduzir também esta facilidade via telemóvel porque eles têm esta capacidade. Há muitos automatismos que vão ser introduzidos, onde o usuário ao aceder ao portal fornece as suas credenciais de acesso que se vão caracterizar no NUIT e a respectiva senha de acesso ou seja, password, o que quer dizer que ninguém pode fazer uma declaração em nome de uma outra pessoa”, disse Muzima.

Neste momento o portal ainda está a ser desenvolvido e por isso aquela unidade se encontra envolvida nas acções de divulgação para que todos os contribuintes estejam preparados e informados no momento do lançamento do produto porque isto vai transformar a vida do cidadão e não deve haver surpresas.

Decorre neste momento um processo piloto em duas áreas fiscais, designadamente, a área fiscal do Jardim, na cidade de Maputo e da Manhiça, na província de Maputo numa escolha que obedeceu um critério de proximidade e de fácil controlo no primeiro caso e o segundo é o lugar remoto mais próximo que pode, igualmente, ser controlado com facilidade.

“De acordo com o cronograma estabelecido tudo indica que em termos de desenvolvimento, aplicações e testagem iremos concluir até ao fim deste ano, o que significa que a partir de 2015 começaremos a lançar o produto ao mercado porque numa avaliação preliminar desde que iniciamos a fase piloto em finais de Maio a esta parte se mostra satisfatório. Uma das questões que temos encontrado nesta caminhada tem a ver com a mudança de procedimentos porque a consciencialização está a virar as coisas neste sentido, uma vez que maior parte dos nossos sujeitos passivos está a receber isto com satisfação e isto é encorajador prosseguir nesta direcção”, considerou a nossa fonte, enfatizando que a questão da divulgação é muito importante para o sucesso de qualquer processo.

Disse por outro lado que foi estabelecido um programa de divulgação com um plano de comunicação que envolve os órgãos de comunicação social que, segundo disse, “são os nossos melhores parceiros que nos apoiam através de anúncios na imprensa escrita e spots publicitários na rádio e televisão, para além de acções no terreno levadas a cabo pelos nossos funcionários”.

Equipas previamente preparadas têm estado a promover palestras com muita regularidade, a organizar road show onde se usa a cultura como um meio de passagem de informação através de teatro, música sempre tentando apanhar o público-alvo com acções combinadas dentro dum programa que inclui também uma página na internet onde qualquer pessoa pode ter acesso a toda a informação sobre o projecto e-tributação.

“Importa referir que a reacção das pessoas é bastante positiva e muitos até dizem que já era tempo de começar a implementar amplamente porque com o sucesso que estamos a ter a nível das Alfândegas da Janela Única Electrónica em relação ao comércio externo está a dar muita expectativa no que se refere aos impostos internos, porque os benefícios são visivelmente maiores”, referiu.

Disse acreditar que esta plataforma vai trazer uma grande alteração ao trabalho da administração fiscal porque, conforme deixou claro, tem havido grandes enchentes nas áreas fiscais nos últimos dias de pagamento de impostos devido ao hábito dos contribuinte se dirigirem aos balcões de cobrança sempre no final do prazo, o que significa que estas enchentes vão desaparecer fisicamente e concentrar-se no sistema virtual a partir dos meios tecnológicos.

Segurança garantida

Sempre que se introduz um novo sistema não faltam receios em termos de segurança, mas importa referir que a partir do momento que estes meios tecnológicos reduzem a intervenção humana dão mais garantia de que a adulteração também reduz.

“Hoje em dia temos verificado algumas situações desagradáveis porque uma empresa mandata o técnico de contas para se deslocar à área fiscal para entregar a declaração com todos os riscos e imprecisões que daí podem ocorrer, mas com esta plataforma o gestor da área financeira da empresa vai fazer directamente a entrega e isto vai aumentar o nível de confiança de que aquela informação que está a enviar irá para o lugar certo e em contrapartida recebe a confirmação imediata. Outro aspecto que melhora o nível de confiança e segurança é que estes meios electrónicos criam a possibilidade de comunicação usando menos documentos porque a partir do mo-

mento em que a pessoa envia a declaração recebe uma nota electrónica que acusa a recepção e quando faz o pagamento, imediatamente recebe um recibo no seu computador, o que não acontece agora com a intervenção humana”, disse Muzima, acrescentando que coloca-se de lado também a possibilidade da falsificação de documentos por parte do mandatário, o que aumenta cada vez mais o nível de confiança tanto para a administração, quanto para o próprio contribuinte.

De destacar que o e-tributação é para todos, sem qualquer discriminação, sendo que todos os que tiverem interacção com a administração tributária devem se aproximar para poderem receber as suas credenciais de acesso. *“Tendo em consideração que nalgumas regiões do país ainda não é fácil ter acesso às tecnologias porque não há internet, nem computadores a AT está a agir com outras instituições, existindo outras iniciativas ao nível do Ministério da Ciência e Tecnologia que é a criação de centros multimédias nos lugares mais recônditos e por essa via os cidadãos podem usar estes meios para terem acesso ao serviço”,* disse.

Aquele responsável tranquilizou os cépticos dizendo que a introdução do sistema virtual não elimina por completo o processo tradicional, o que significa que ainda haverá pessoas que irão se deslocar à área fiscal para proceder à entrega das declarações e serão atendidos normalmente. [BT]

e-Tributação

SIMPLES, RÁPIDO, CÓMODO E SEGURO

UMA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA VIRADA PARA SI

Educação fiscal para todos



À Direita, Helmano Nhatitima, Chefe da Divisão de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto

Se o pagamento de impostos é uma obrigação de todos os cidadãos, a sobrevivência de um estado é uma necessidade porque deve estar em altura de proporcionar o bem-estar dos seus cidadãos, sendo por isso preciso adoptar mecanismos de levar a todos a contribuírem para a criação das melhores condições de vida.

Foi tendo em atenção a estes pressupostos que o Governo decidiu elevar a consciência dos moçambicanos da necessidade de todos contribuírem pagando as suas obrigações fiscais, alargando assim a base tributária, tendo levado a cabo desde Abril de 2010 uma campanha de educação fiscal que já soma muitos sucessos desde a sua implementação.

Lançada pelo então Primeiro-Ministro, Aires Ali, a campanha teve apoio de todo o colectivo do Governo para dar força à ideia de que há a necessidade de as pessoas estarem informadas sobre o pagamento do imposto.

Hermano Nhatitima, Chefe da Divisão de Educação Fiscal no Gabinete de Comunicação e Imagem da Autoridade Tributária (AT), considera que o principal objectivo desta campanha era e continua a ser de alargar a base tributária para elevar o nível de colecta de impostos, numa altura em que somente 391000 contribuintes estavam inscritos na carteira fiscal, contra os mais de 20 milhões de Moçambicanos existentes.

“Identificamos que grande parte das pessoas que estão no informal não paga impostos, razão pela qual a AT criou o Imposto Simplificado para o Pequeno Contribuinte (ISPC) com o objectivo de trazer estas pessoas para junto da família tributária, o que está a acontecer. A título de exemplo, assinamos memorandos com quase todas as associações que congregam pessoas que praticam o comércio informal, associações juvenis, desportivas, congregações religiosas e todo o tipo de grupos sociais porque a educação fiscal não discrimina, na medida em que partimos do princípio que todo o cidadão moçambicano tem que ter oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do país e pararmos de depender de ajuda internacional que se situava na ocasião em cerca de 60 por cento”, disse Nhatitima, para quem o trabalho desenvolvido até ao momento permitiu reduzir essa dependência que já ronda os 30 por cento por estas alturas, o que ficou a dever-se ao aumento da base tributária.

Disse que muitas acções estão em curso, como é o caso de formações em matérias de tributação e a popularização do imposto que acontecem diariamente.

O desporto, cultura, arte e outros tipos de ferramentas são usados na educação fiscal para facilmente chegar junto da população. Olhando para os números facilmente se pode ver que o trabalho da educação fiscal e da popularização do imposto está a surtir os efeitos desejados, embora esteja ainda longe de atingir a satisfação.





“Se se tomar em consideração os cerca de 12 milhões de pessoas economicamente activas que se estima existirem em Moçambique, sendo que neste momento só atingimos ainda pouco mais de 3 milhões, isto significa que ainda há muito caminho a percorrer. Ainda assim, estes números continuam muito abaixo da satisfação dos mais de 24 milhões de cidadãos Moçambicanos existentes. Nos quatro anos anteriores a 2006, por exemplo, altura da formação da AT nunca se conseguia atingir as metas mas a partir de 2007 a esta parte o cumprimento das metas sempre se situou acima dos 100 por cento como resultado da estratégia adoptada, caracterizada pelo envolvimento de todos nesta matéria de tributação”, disse Nhatitima.

Acrescenta a nossa fonte que com base nos memorandos assinados com diferentes associações, as respectivas lideranças fazem a monitoria dos seus membros e facilmente se consegue atingir os contribuintes. “Formamos também disseminadores destes grupos, que nos ajudam a fazer chegar a informação onde não conseguimos alcançar”.

Chegar a todo lugar

Havendo a necessidade de se atingir a totalidade dos moçambicanos aquela unidade está a trabalhar a toda largura do país desde as localidades, distritos até às capitais provinciais, contando com uma grande colaboração dos meios de comunicação social na medida em que o principal objectivo é difundir a mensagem até ao mais recôndito ponto deste vasto Moçambique.

“Estamos a trabalhar no sentido de conseguirmos chegar ao último habitante e leva-lo a pagar imposto, pelo que à medida que vamos trabalhando vamos ajustando os métodos para adequá-los à realidade e podermos obter os melhores resultados. Acreditamos que se conseguirmos levar a todos a contribuir o país pode estar num outro estágio porque se formos a ver alguns países que nos ajudaram no passado estão a enfrentar neste momento graves crises económicas, daí que

precisamos de ter soluções internamente de podermos arrecadar as receitas que precisamos para sobreviver entanto que uma nação” considerou.

O cidadão precisa de ser explicado que é com este dinheiro que vamos construir escolas, hospitais, estradas, pontes e muitas outras infra-estruturas de utilidade pública e social.

Nhatitima encontrou na construção da ponte Armando Guebuza, em

Caia, um dos exemplos que qualquer um pode ver a utilização do dinheiro dos impostos no benefício do próprio cidadão, onde no lugar de esperar uma semana com um camião para poder atravessar, essa operação se realiza agora em minutos. [BT]



Hermano Nhatitima considera igualmente que o que se quer atingir no final é que o cidadão contribua e de forma voluntária e chegar a um estágio em que o cidadão vá pagar o imposto com consciência tranquila sabendo que está a participar na construção do seu país.



**TODOS JUNTOS
FAZEMOS MOÇAMBIQUE**

A meta é alargar a base tributária



Mara Pinto, Coordenadora da Unidade de Coordenação do Cadastro e do ISPC

“A fixação das metas para cada ano tem a ver com o objectivo principal da Autoridade Tributária (AT) que é cadastrar a todos os moçambicanos, independentemente da idade”

Mara Pinto é a Coordenadora da Unidade de Coordenação do Cadastro e do Imposto Simplificado de Pessoa Colectiva (ISPC), uma unidade da Direcção Geral dos Impostos que tem como atribuição preparar as metas de cadastração anual, sabido que sem o registo e o Número Único de Identificação Tributária (NUIT) a pessoa não pode pagar os seus impostos.

Explica que neste momento um dos grandes desafios da Autoridade Tributária é alargar a base tributária, sendo por isso responsabilidade daquela unidade propôr as metas de cadastração anualmente e a supervisão das tarefas das unidades de grandes contribuintes, das direcções das áreas fiscais e dos postos de cobrança.

Aquela responsável disse, no entanto, que no que respeita ao cadastro há que garantir que seja bem feito e permitir que se tenha uma base de dados sustentável. A fixação das metas para cada ano tem a ver com o objectivo principal da Autoridade Tributária (AT) que é cadastrar a todos os moçambicanos, independentemente da idade, mas como não é possível fazê-lo de uma só vez, o processo ocorre por fases.

“Apesar de o processo de cadastração levar pouco tempo, receamos que vamos demorar completar a todas as pessoas porque nem todos se encontram informados sobre a obtenção do NUIT e nem todos aqueles que têm a informação consideram o registo importante, daí que estamos envolvidos no esclarecimento e sensibilização da população sobre a necessidade de se cadastrar. Para atingirmos os nossos alvos que são todos os moçambicanos temos incorporado a componente cadastração em todas as acções levadas a cabo ao nível da instituição sobre a popularização do imposto caracterizadas por palestras e outras manifestações”, disse, acrescentando que “temos, igualmente, parceria com os bancos, onde qualquer cidadão que pretende abrir uma conta deve possuir o NUIT, o que nos permite alcançar mais gente”.

Ajuntou que outra parceria recentemente estabelecida foi com os serviços de registos e notariado onde se atribui o NUIT a todas as crianças no acto do registo de nascimento.

Trata-se de uma experiência que neste momento está a ser implementada somente na cidade de Maputo, mas há uma perspectiva de alargar muito brevemente para outros pontos do país.

“Estamos a trabalhar igualmente com a Direcção Nacional de Identificação Civil para termos também os nossos técnicos em cada sector onde se trata o Bilhete de Identidade para que no mesmo acto o requerente possa obter também o NUIT e acreditamos que desta maneira vamos poder atingir maior número de pessoas em pouco tempo”, disse Mara Pinto.

Para este ano de 2014, por exemplo, aquela unidade tem uma meta de 600 mil registos e até ao momento pode-se falar de uma realização de 65 por cento e reina uma perspectiva de cumprir o que está previsto até ao final do ano. Importa referir que desde 1999 já foram atribuídos mais de três milhões de NUIT's e à medida que o tempo vai passando vão sendo aperfeiçoados os procedimentos, o que permite alargar cada vez mais as metas a atingir.

“Mesmo admitindo que nem todos os que possuem NUIT são contribuintes, a verdade manda dizer que o aumento de pessoas cadastradas no sistema contribuí muito para o aumento da colecta de imposto, o que se traduz na subida das receitas que dão entrada nos cofres do Tesouro”, disse.

Para Mara Pinto a base de dados que trabalha em coordenação com e-tributação e o sistema web onde o funcionário deve pesquisar com base no nome e outros dados que o cidadão fornece quando preenche o modelo, pode permitir detectar se já tem ou não um registo anterior, o que pode evitar a duplicação, e o sistema on-line permite, a partir de qualquer ponto saber se o cidadão tratou NUIT em qualquer balcão e emitir segunda via caso tenha perdido.

Actualização de dado

A nossa interlocutora disse que está em curso um processo de actualização de dados onde se pede outras informações como o número de telemóvel ou correio electrónico para melhor estabelecer esta interacção entre a administração e o cidadão.

“Estando numa era progressivamente digital e sendo um dos objectivos atingir o pagamen-

to de impostos usando as novas tecnologias precisamos de fazer esta actualização de dados para permitir maior facilidade nestas transacções que se pretende venham a melhorar a colecta de impostos. Este processo vai facilitar bastante aos nossos contribuintes e vai estancar a fuga ao fisco porque a partir de qualquer ponto o contribuinte pode pagar o seu imposto e todas as transacções ou actividades remunerativas vão ficar registadas automaticamente na base de dados desde que se associe essas práticas ao NUIT da pessoa”, disse.

Acrescentou que estas acções todas visam melhorar a cobrança de impostos e facilitar a vida do contribuinte, estando-se a trabalhar para que o mais depressa possível poder-se ter todas as pessoas cadastradas.

Conforme disse a fonte, não basta a vontade de concluir o processo, mas sim há a necessidade de conjugar muitos outros factores

envolvidos como é o caso de as pessoas possuírem um documento qualquer de identificação, o que ainda não cobre todos os cidadãos.

Sendo este processo de cadastração importante para o alcance da eficiência na prestação de serviço tributário ao cidadão, bem como a melhoria dos níveis de colecta de impostos, o apelo que se faz a todos os moçambicanos é de procurarem se registar e actualizar os dados para aqueles que já possuem o NUIT.

“Estaremos todos os dias na FACIM onde iremos atribuir os NUIT's e vamos emitir os respectivos cartões, estando todos convidados a visitar o nosso pavilhão para o efeito ou então se dirigirem a um balcão de atendimento único, ou ainda a uma direcção da área fiscal com esse propósito”. [BT]



Visita do SECF à FACIM na sua 50ª edição

Por: Alcina Manhôa



Presidente da República, Armando Guebuza, apreciando a maquete das futuras instalações do Instituto Superior da AT, na FACIM

Moçambique é tido como uma porta de entrada para a região da África Austral. Devido à sua localização, a FACIM é tida como uma das portas de entrada para o mundo de negócios no país e na região. O objectivo principal da FACIM é a promoção das trocas comerciais, estimular a produção e o consumo, e a integração económica de Moçambique na economia mundial. Em qualquer feira ou exposição existem 3 principais intervenientes: o Organizador, Expositores e Visitantes. Dentro das regras estabelecidas, compete aos expositores tirarem o máximo aproveitamento do espaço disponível, divulgar os seus produtos, equipamentos, maquinaria, inovações e serviços.

No presente ano a FACIM celebrou a sua 50ª edição, que decorreu de 25 a 31 de Agosto.

Havendo necessidade de fortalecer a participação e envolvimento dos agentes económicos, entidades públicas e sociedade civil no geral, no processo das reformas tributárias e no aprimoramento dos procedimentos em todo o país, através do órgão de consulta da AT, o Conselho da Fiscalidade (CF), a equipe do Secretariado Executivo do Conselho da Fiscalidade (SECF), no dia 29 de Agosto de 2014, deslocou-se a Marracuene, FACIM, no intuito de divulgar este órgão da AT, onde visitaram vários expositores. Encontrou-se um

espaço soberbo e imponente, com grandes áreas de lazer e recreação, para além de toda esta disposição que encontramos com melhor comodidade e melhor espaço. A maior referência da localidade de Ricatla, porque se trata de um ganho para a província de Maputo, a nível do distrito de Marracuene.

Segundo o IPEX (Instituto para Promoção das Exportações), participaram nesta 50ª edição da FACIM 3.145 empresas, entre nacionais e estrangeiras, das quais 1.975 em nome individual, tendo 520 firmas moçambicanas sido alojadas nos espaços destinados à promoção das províncias do país e 650 estrangeiras nas



Alguns momentos da 50ª edição da FACIM

tendas reservadas aos países participantes, 26 no total. Mais de 84.000 pessoas visitaram a Feira Internacional de Maputo, superando as 78 mil projectadas pelos organizadores antes da realização da Feira.

Nos últimos dias houve uma avalanche de visitantes, porque houveram espectáculos, o que terá atraído mais pessoas para este espaço. O público começou a compreender que na mobilização de qualquer esforço de investigação para determinar o potencial do mercado no país, uma das referências obrigatórias é a FACIM, e é onde se tem a oportunidade não só de expor aquilo que está a procura, mas acima de tudo, descobrir o que temos.

E a Autoridade Tributária de Moçambique, não podia ficar fora deste grande acontecimento,

onde também fez-se presente, na “Tenda do Contribuinte”, onde foram expostas imagens das obras e feitos desta instituição, desde a sua criação, no âmbito de dar mais vida as suas acções, desafios, actividades e desenvolvimentos alcançados nestes primeiros 8 anos de funcionamento.

Esta exposição não somente fez uma viagem pelo tempo e espaço alcançado pela instituição, como também divulgou os grandes relações que a AT vem tendo com a sociedade civil através de realizações, palestras e memorandos de entendimento, onde a mesma teve a honra de receber oradores de grande gabarito social, bem como parceiros de renome internacional.

Assim, a AT abraça um dos objectivos e das principais acções que a instituição realiza, com vista ao seu cumprimento, num exercício que se pretende contínuo e capaz de propiciar a edificação de uma imagem empática e motivadora para o próprio contribuinte e cumprimento de seu dever de cidadania.

A equipa do SECF presente na FACIM distribuiu panfletos de divulgação do CF e ainda auscultou alguns expositores, tendo alguns destes manifestado a vontade de participarem nas próximas Sessões do CF. Porque muitos não tinham conhecimento da existência do Secretariado Executivo do Conselho da Fiscalidade, onde eles podem expor as suas opiniões e ideias, aceitaram, o convite de visitar as instalações deste Secretariado, para “conversar” com a equipa.





Vista parcial dos participantes da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade



Presidente da AT dirigindo-se aos participantes da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade



Oferta de bolas de futebol aos alunos da Escola Primária 7 de Setembro de Nampula



Equipa de trabalho da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade



Foto colectiva dos participantes da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade

Serviço de atendimento ao Contribuinte



Central de Atendimento

Ligue:

1266

linhadocontribuinte@at.gov.mz



ELEIÇÕES EM MOÇAMBIQUE

O Analfabeto Político

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais”.

Bertolt Brecht

A 15 de Outubro do ano corrente realizar-se-ão em Moçambique as quintas eleições presidenciais e legislativas, e pela segunda vez as eleições para as assembleias provinciais.

Para o corrente ano, 2014, as eleições presidenciais, legislativas e para as assembleias provinciais contarão com a participação dos três principais partidos políticos do país e seus candidatos, nomeadamente, Filipe Nyusi pela FRELIMO, Afonso Dhlakama pela RENAMO e Daviz Simango pelo MDM, que são os únicos candidatos a concorrer para as eleições presidenciais, sendo que os seus partidos e os restantes partidos minoritários participam para os pleitos legislativos e provinciais.

As terceiras eleições presidenciais e legislativas ocorreram em 2004, onde o Partido FRELIMO contou com um novo candidato, Armando Guebuza, que saiu vitorioso, com 63,7% dos votos, mais do dobro do candidato da RENAMO, Afonso Dhlakama (31,7%). Em relação a votação para o parlamento, a FRELIMO ganhou 62% dos votos, tendo arrecadado 160 assentos do parlamento e a RENAMO-UE (União Eleitoral, aliança de partidos políticos em Moçambique, liderada pela RENAMO) obteve 29,7% dos votos, ficando com 90 assentos do parlamento, e os 18 partidos minoritários partilharam os restantes 8% dos votos.

Em 2009, ocorreram as quartas eleições, onde elegeu-se o Presidente da República, os deputados da Assembleia da República e, pela primeira vez, os deputados das Assembleias Provinciais. De notar que, além dos dois principais partidos políticos, nomeadamente, FRELIMO e RENAMO que dominaram os pleitos anteriores, nas eleições de 2009, surge uma força política que se assumiu como o terceiro partido forte do país, o MDM – Movimento Democrático de Moçambique – liderado por Daviz Simango. Armando Guebuza, do Partido FRELIMO foi reeleito com 75% dos votos, seguido do líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, com 16% dos votos. Em relação aos assentos no parlamento, a FRELIMO conseguiu 191 assentos, a RENAMO 49 e o MDM apenas 8 assentos.

Historial das eleições em Moçambique

As primeiras eleições, com objectivo de eleger o Chefe de Estado - o Presidente da República - e os Membros da Assembleia da República tiveram lugar em 1994, onde participaram desse pleito, o Partido FRELIMO e seu candidato a Presidente da República, Joaquim Chissano, o Partido RENAMO e seu candidato, Afonso Dhlakama, entre outros partidos minoritários.

No pleito eleitoral de 1994, Joaquim Chissano e o seu partido FRELIMO foram os grandes vencedores desse escrutínio, do qual ganharam, também, a maioria dos assentos da Assembleia da República.

Em 1999 tiveram lugar as segundas eleições presidenciais e legislativas, onde o candidato da FRELIMO, Joaquim Chissano foi reeleito com 52,3% dos votos e a FRELIMO passou a ocupar 130 dos 250 assentos do parlamento. O candidato do principal partido da oposição, Afonso Dhlakama da RENAMO, obteve 47,7% dos votos e o partido ocupou 117 assentos parlamentares.

Refira-se que Moçambique elege os seus representantes políticos a três níveis:

- A nível nacional elege o Chefe de Estado (o Presidente da República) e o Parlamento (a Assembleia da República). O Presidente é eleito para um mandato de cinco anos por sufrágio directo, desde 1994. O Parlamento tem 250 membros, eleitos para um período de cinco anos por representação proporcional.
- A nível provincial são eleitas Assembleias Provinciais, por um período de cinco anos e cuja função é monitorizar o Governo provincial.
- A nível local, são eleitos o Presidente do Conselho Municipal e os partidos que integram as Assembleias Municipais, em cidades e vilas consideradas municípios pela Assembleia da República.

